Apoio à produção

Rumo à economia verde

O SUPORTE governamental à agricultura concedido pelos 34 países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) caiu para 18% da receita total do setor agropecuário do grupo em 2010, segundo o relatório anual Monitoramento e Avaliação de Políticas Agrícolas divulgado pela entidade.

O critério adotado é o denominado Estimativa de Apoio ao Produtor (PSE, na sigla em inglês), que mede as transferências monetárias para os produtores através de três categorias básicas de políticas para o setor: suporte de preços; pagamentos diretos; e apoio implícito no orçamento através, por exemplo, de créditos com juros menores. Quanto maior o PSE, maior o apoio oficial aos produtores.

Com a pressão imposta pela crise econômica nos orçamentos públicos, a OCDE recomenda aos governos repensarem e adaptarem as suas políticas agrícolas para atender a objetivos econômicos, sociais e ambientais mais específicos. O direcionamento do subsídio deve ser feito para assuntos específicos, como o gerenciamento de riscos e a proteção do ambiente.

Os formuladores de políticas também necessitam diminuir os subsídios que distorcem mercados e reduzir a relação entre os pagamentos governamentais e a produção agrícola. As tentativas de compensar os agricultores com preços mais baixos ou poupar os consumidores das flutuações de preços, com instrumentos de controle das exportações, simplesmente servem para provocar mais volatilidade nos preços internacionais.

A tendência é de dedução na concessão de subsídios agrícolas. Esse tipo de ajuda, que representava 37% da renda dos agricultores em 1986/88, caiu para 23% em média em 2006/08. Em 2010, foi 18,0% na média. Com os preços agrícolas em alta, os governos conseguem diminuir os recursos pagos a seus produtores. Na verdade, o momento é propício para alterar o modelo tradicional de pagamento de subsídios no mundo, que acarreta desarranjo na produção e no comércio global, sem proporcionar desenvolvimento para o setor.

As políticas deveriam melhorar a produtividade e a competitividade do setor, com o uso racional de recursos sustentáveis e estímulo para o agricultor realizar melhor gestão do risco inerente a sua atividade. Do ponto de vista ambiental, elas provocam mais poluição da água, pelo maior uso de fertilizantes, erosão do solo e mais emissão de Gases do Efeito Estufa, conforme a OCDE.

Os níveis de suporte variam muito entre os países da OCDE. No período entre 2008 e 2010, a Nova Zelândia apareceu como a de menor concessão de apoio. A União Europeia tem diminuído o nível de suporte da renda agrícola, mas ainda prossegue superior à média. Nas economias emergentes, os níveis de suporte são inferiores aos níveis da OCDE.

Sabe-se que é praticamente impossível extinguir os subsídios. Seu efeito deletério é quando vinculado ao tamanho da produção, quando leva à baixa nos preços internacionais e servem para tomar mercados de concorrentes leais.

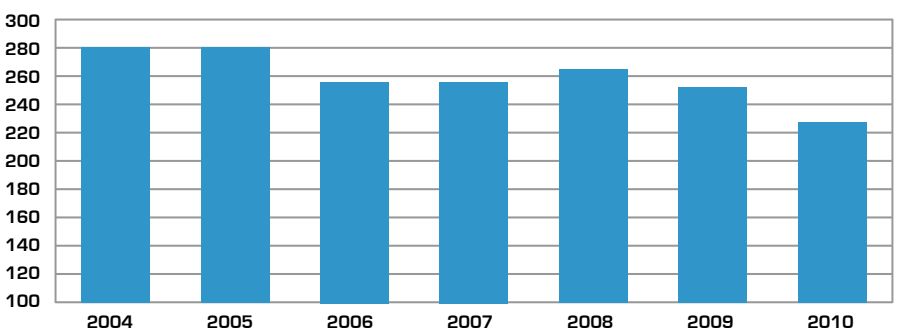
Paralelamente à retirada dos subsídios para a agricultura, pesca e gasolina, a OCDE recomenda a cobrança de impostos ligados ao ambiente como forma de encorajar o "crescimento verde" das economias. A entidade enxerga na crise econômica e financeira uma oportunidade para os governos estimularem uma retomada baseada em políticas ambientais e sociais, diante da imperiosidade de controlar a degradação ambiental, a perda da biodiversidade e o uso insustentável de recursos naturais.

Na Conferência Ministerial da OCDE, realizada em maio último, em Paris, a economia verde foi um dos temas centrais. As propostas apresentadas no evento propunham a aplicação da taxa carbono, com o objetivo de evitar a emissão dos Gases do Efeito Estufa. A taxação do petróleo foi outro projeto apresentado. A ideia predominante consiste em que, no emprego de recursos, o preço pago pelo usuário remunere o custo da deterioração do meio ambiente. ■

Subsídio em relação ao PIB agrícola	
Noruega	60,0%
Suíça	56,0%
Japão	49,0%
União Europeia	22,0%
Estados Unidos	22,0%
Canadá	16,0%
Israel e México	12,0%
Rússia	9,0%
Brasil	7,1%
Ucrânia	7,0%
Chile	4,0%
Austrália e África do Sul	3,0%
Nova Zelândia	1,0%
Média	**18,0%**

Fonte: OCDE

Estimativa de apoio aos produtores (em US$ bilhões)



Fonte: OCDE